



EIXO TEMÁTICO 5 | AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SUSTENTABILIDADE NO TURISMO: um olhar sobre o programa de empregos verdes da ONU

SUSTAINABILITY IN TOURISM: a look at the UN green jobs program

Leandro Carvalho Lima¹
Luciana Pinheiro Viegas²
Marcelo Fernandes da Rocha³

RESUMO

A sustentabilidade no turismo é um tema substancial e deve ser abordado na construção das políticas públicas, já que estas têm o papel de nortear e desenvolver a atividade turística nos destinos. Desse modo, este trabalho tem como objetivo central analisar a implementação do Programa de Empregos Verdes da ONU a partir do produto de turismo sustentável, que foi criado para apoiar a implementação de políticas públicas em turismo, parcerias que estimulem práticas sustentáveis para as empresas turísticas e contribuir para a criação de empregos “verdes” no estado de Mato Grosso. A pesquisa constatou que o programa gerou resultados com sua implementação, mesmo o poder público estadual não criando as políticas públicas que foram propostas. Para isso, utilizou-se como estratégia metodológica a abordagem qualitativa e foi desenvolvida com levantamento bibliográfico e documental, com análise dos manuais elaborados pelo programa.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Turismo; Políticas públicas.

ABSTRACT

Sustainability in tourism is a substantial theme and must be addressed in the construction of public policies, since these have the role of guiding and developing tourism activity in destinations. Thus, this work has as its central objective to analyze the implementation of the UN Green Jobs

¹ Turismólogo (UNEMAT) e Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas (FLACSO); Analista de Desenvolvimento Econômico e Social e Pesquisador no Observatório de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil. E-mail: leandro.lcturismo@gmail.com.

² Turismóloga e Prof.^a Doutora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Pós Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT). E-mail: lucianapviegas@yahoo.com.br

³ Assistente Social (FUPAC), Especialista em Gestão Pública Municipal (UFJF), Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas (FLACSO). E-mail: imarcelorochoa@yahoo.com.br.

Program from the sustainable tourism product, which was created to support the implementation of public policies in tourism, partnerships that encourage sustainable practices for tourism businesses, and contribute to the creation of "green" jobs in the state of Mato Grosso. The research found that the program generated results with its implementation, even though the state government did not create the public policies that were proposed. To this end, a qualitative approach was used as a methodological strategy and was developed with a bibliographic and documental survey, with an analysis of the manuals prepared by the program.

Keywords: Sustainability; Tourism; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável está pautado na melhoria econômica das gerações atuais e futuras, com os recursos que dispomos hoje. Para tanto, deve-se prezar pelos aspectos de conservação ambiental e dos patrimônios histórico-culturais, adotando novos padrões de consumo consciente (PINHEIRO, 2013).

O fenômeno turístico torna-se importante nesse atual processo, já que agrega uma variedade de impactos, sejam positivos ou negativos para a sociedade e o meio ambiente. Desse modo, as diretrizes de sustentabilidade devem estar presentes no desenvolvimento e na gestão do turismo, se aplicando a todos os segmentos e nichos de turismo em qualquer destino (PIRES, 2012).

A sustentabilidade no turismo começou a ser debatida com maior intensidade na esfera pública do estado de Mato Grosso, especialmente pela parceria com as agências das Organizações das Nações Unidas (ONU) com a implementação do Programa PAGE (*Partnership for Action on Green Economy*), sendo o primeiro estado subnacional no mundo a aderir ao programa, pois anteriormente só eram atendidos países.

O Programa PAGE, cuja sigla em português é Parceria para Ação em Economia Verde se deu a partir de uma aliança entre cinco agências das ONU e o Governo de Mato Grosso. Em 2016 a PAGE iniciou sua implantação no estado, com o turismo sendo um eixo importante de sustentabilidade.

Esse programa procurou desenvolver e implementar estratégias de economia verde, principalmente políticas públicas em áreas prioritárias (agricultura familiar, construções

sustentáveis, educação, energia renovável, turismo sustentável, e outras) que podem contribuir para a criação de empregos verdes.

Consequentemente, o Produto de Turismo Sustentável foi concebido a partir da parceria com Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), pela Secretaria Adjunta de Turismo, para promover o desenvolvimento do turismo sustentável, pela implementação de políticas públicas e de cooperações que estimulem práticas sustentáveis para as empresas turísticas de Mato Grosso.

Nessa perspectiva, o objetivo principal deste trabalho é analisar a implementação do Programa PAGE da ONU a partir do produto de turismo sustentável do estado de Mato Grosso. Para isso, a pesquisa tem abordagem qualitativa e foi desenvolvida com levantamento bibliográfico e documental, com análise dos manuais de Diretrizes de Incentivos para Políticas Públicas e de Diretrizes de Normalização e Certificação de Turismo Sustentável, produzidos pelo programa.

A pesquisa qualitativa possui aspectos que contribuem para o estudo de fenômenos relativos às ciências humanas e sociais aplicadas, visto que é necessário o pesquisador ter convívio e contato com o ambiente no qual o fenômeno está posto (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Tonozi-Reis (2009, p. 45) evidencia que “para a modalidade de pesquisa conhecida como pesquisa documental, a técnica mais indicada para coleta e análise dos dados é a análise de conteúdo”. A autora ainda ressalta que o principal objetivo da análise de conteúdo é descobrir perspectivas aparentes ou ocultas de um texto ou documento.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO

O turismo como atividade sistêmica envolve diversos segmentos para a efetivação do produto turístico e isso faz com que necessite de arranjos institucionais para equacionar seu desenvolvimento sustentável. Esse suporte deve ser assumido pelo Poder Público com a responsabilidade de normatizá-la e fiscalizá-la, o que contribui para proteção das relações entre turistas, empresários e comunidade.

Compreende-se que o turismo tornou-se um fenômeno sociocultural que envolve atividades de transporte, de estada, de hospedagem, de alimentação, como também motivações, hospitalidade e impactos (positivos e negativos) nos setores econômicos, culturais, sociais e ambientais ligados, direto e indiretamente pelo deslocamento de pessoas no mundo (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2012).

Logo, o apoio do Estado no fomento e controle da atividade turística se dá pela implementação de políticas públicas, sejam elas no âmbito federal, estadual, regional ou municipal, que devem estar alinhadas por um planejamento turístico integrado. Essa integração visa ao desenvolvimento do setor com a criação de novas empresas e produtos turísticos, geração de emprego e renda, além do incremento na arrecadação de impostos e divisas.

Dessa forma, as políticas públicas são descritas pelo pesquisador Saravia da seguinte maneira:

[...] trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. (SARAVIA, 2006, p. 28).

O autor observa também que, numa perspectiva mais operacional, trata-se de um sistema de decisões públicas que se propõe a ações e emissões, preventivas ou corretivas, designadas a manter ou modificar a realidade da vida social, através de estratégias de operação e destinação dos recursos fundamentais para atingir seu propósito primeiro (SARAVIA, 2006).

Compreende-se que atividade governamental expressa nas políticas públicas está relacionada com a definição de problemas, cuja origem dessa atividade está na percepção dos atores locais sobre os problemas públicos e nos interesses expostos (CAPELLA, 2018).

Nesse contexto, o turismo se inclui numa categoria de intervenção estatal, visto que a política pública de turismo consiste no direcionamento que as esferas de governo dão para o seu desenvolvimento. Esse direcionamento está expresso no Plano Nacional de Turismo (PNT) e nos demais documentos (planos estratégicos e de desenvolvimento) dos governos (federal, estadual ou municipal), que devem levar em consideração os princípios de sustentabilidade (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2012).

Para Boiteux e Werner (2009, p. 19) os princípios de sustentabilidade devem estar dispostos nas diretrizes das políticas de turismo, assim como estas devem contar com a participação efetiva da comunidade e dos grupos de interesse em seu processo de construção e implementação, uma vez que “o desenvolvimento local é um processo de melhoria da qualidade de vida, através do dinamismo econômico e da exploração das potencialidades locais, que vão permitir competitividade, conservação dos recursos naturais e culturais”.

3 SUSTENTABILIDADE, TURISMO E EMPREGOS VERDES

O conceito de sustentabilidade é baseado nos pilares econômico, social e ambiental, mas com diversas interpretações conforme a perspectiva de análise. Estas análises partem, em sua grande maioria, sobre preocupação com o uso consciente dos recursos naturais e com o crescimento econômico equitativo.

As práticas de sustentabilidade no turismo são ações executadas pelas organizações e/ou empresas para minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos por elas gerados. Essas práticas ainda podem contribuir com a redução de custos, assegurar a qualidade e segurança do cliente, desenvolver a economia do destino, conservar o meio ambiente e promover a cultura, assim como melhorar o relacionamento com a comunidade local (PAGE, 2019b).

Os desafios da sustentabilidade requerem atuações coordenadas de todas as esferas de poder (pública, privada, terceiro setor), pois o turismo sendo uma atividade sistêmica, faz com que necessite de arranjos institucionais para equacionar o desenvolvimento da economia local com a conservação do meio ambiente e dos patrimônios histórico-culturais.

Para a autora Miriam Pinheiro, “a atividade turística pautada na sustentabilidade se insere nesse novo paradigma, cuja consciência frente à sua importância ainda não é concebida na atualidade por todos os envolvidos no processo” (PINHEIRO, 2013, pp. 3-4).

Novaes; Cyrillo; Tomasulo (2013) evidenciam que há o entendimento que o turismo sustentável, assim como todos os paradigmas e conceitos sobre a sustentabilidade são questões singulares do ser humano e sua relação com a conservação e preservação do meio ambiente, somando-se a isso, a sobrevivência econômica da sociedade e os aspectos socioculturais intrínsecos nessa relação.

De acordo com Beni (2000), os três pilares principais da sustentabilidade no turismo são:

1. Sustentabilidade do ambiente, pois assegura o desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos e biológicos fundamentais;
2. Sustentabilidade cultural, que propicia o desenvolvimento, fortalece a identidade comunitária e controla as interferências externas nas comunidades afetadas;
3. Sustentabilidade econômica, que garante que o desenvolvimento é economicamente eficaz e seus recursos geridos corretamente.

Todavia, existem discussões que indicam que o turismo sustentável seja um conceito utópico, dado que seu modelo atual de desenvolvimento nos destinos e regiões é desestruturado, pois não consegue equacionar os pilares da sustentabilidade. Logo, remete-se a acreditar somente em ações sustentáveis no turismo.

Outro fator intrínseco a ser considerado nesse tema são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram concebidos a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em junho de 2012, composto por 17 objetivos que buscam acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça e enfrentar as alterações climáticas até 2030 (OIT, 2020).

A ONU reconhece que os objetivos de desenvolvimento não podem ser alcançados sem crescimento econômico, e que este não assegura o desenvolvimento sustentável. Com isso, qualquer ODS relacionado com o crescimento econômico deve incidir fundamentalmente sobre o emprego, assim como a melhoria da qualidade dos empregos (OIT, 2020).

Nesse contexto de geração e melhoria da qualidade dos empregos, as agências da ONU pelo Programa PAGE se inserem como parceiras dos países na criação de políticas públicas sustentáveis que podem contribuir com a geração de empregos verdes.

Conforme a definição de trabalho utilizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), os empregos verdes são aqueles que diminuem o impacto ambiental para níveis sustentáveis, valorizando a mão de obra local e de acordo com as normas trabalhistas, contribuindo para redução de emissões de carbono e se destinam a melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores (OIT, 2020).

No Brasil, foi instituída a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) que prevê a criação de instrumentos (planos) para a consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, na geração e distribuição de energia elétrica, no transporte público

urbano e outros modais (o que inclui o transporte turístico), na indústria de transformação, nas indústrias químicas, de papel e celulose, na mineração, na agropecuária, entre outros setores, com vistas a atender metas de reduções de emissões antrópicas. Dessa forma, os empregos criados em decorrência desses planos de mitigação e adaptação das mudanças climáticas, podem ser considerados empregos verdes (IPEA, 2010).

4 PRODUTO DE TURISMO SUSTENTÁVEL

O Produto de Turismo Sustentável foi idealizado dentro do Programa PAGE MT entre os anos de 2016 e 2021, com aporte de recursos financeiros pelo PNUMA, cuja resultado foi a criação dos manuais de Diretrizes de Incentivos para Políticas Públicas em Turismo Sustentável no Estado de Mato Grosso e de Diretrizes de Normalização e Certificação de Turismo Sustentável. Este último manual foi aplicado em nova etapa do projeto com empresários do setor e que resultou em um Guia de Implementação de Gestão da Sustentabilidade para as Empresas de Turismo.

O primeiro manual é direcionado ao setor público com o propósito de fundamentar a construção de uma política pública efetiva de desenvolvimento de turismo sustentável no estado. Já o segundo manual tem objetivo de subsidiar os empresários a adotarem práticas e ações sustentáveis em seus negócios e foi aplicado numa segunda etapa, com uma consultoria para 11 empresários do setor de turismo, selecionados via edital. Os manuais foram desenvolvidos a partir da visão das partes interessadas no processo (gestores públicos, empresários do setor e representantes de organizações da sociedade civil); nos princípios do turismo sustentável, atualmente desenvolvimento pela International Organization for Standardization (ISO); e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

4.1 Diretrizes de incentivos para políticas públicas no estado de Mato Grosso

A implementação de uma política pública que contribua para a criação de empregos verdes é o principal objetivo do Programa PAGE MT. Desse modo, o manual de diretrizes de incentivos para políticas públicas foi desenvolvido para subsidiar os poderes executivos (estadual e municipais) a criarem políticas de incentivos ao turismo sustentável.

A partir disso, foram estabelecidos sete diretrizes para o desenvolvimento de turismo sustentável no estado, todas contendo alguma relação com os ODS (PAGE, 2019a):

1. Desenvolver o turismo sustentável;
2. Fortalecer sistemas de governança e parcerias;
3. Reconhecer as práticas e certificações de turismo sustentável;
4. Estimular compras sustentáveis no turismo;
5. Valorizar a cultura local e fortalecer a economia verde;
6. Promover o turismo sustentável com os mercados emissivos;
7. Promover inovação no turismo do estado de Mato Grosso;

Dentre as atribuições e responsabilidades do poder público com o desenvolvimento do turismo, a criação de políticas públicas com foco em incentivos, sejam eles fiscais, financeiros ou de marketing, podem criar ambientes favoráveis para investimentos e obtenção de resultados para o setor (PAGE, 2019a).

Segundo o manual da PAGE foram identificados dois tipos de incentivos, de marketing e econômicos, possíveis de serem adotados pelo poder executivo estadual para implementação das diretrizes de turismo sustentável. Os incentivos de marketing foram divididos em duas categorias. A primeira com indicativo para premiar as empresas que adotem práticas sustentáveis e as empresas certificadas, com o objetivo de criar a cultura de sustentabilidade, com a busca pela certificação, tanto do setor público quanto da iniciativa privada. A segunda categoria se refere a promover as empresas que adotem práticas sustentáveis e as empresas certificadas nas ações de marketing turístico, cujo o propósito é divulgar as práticas e certificações das empresas nos instrumentos oficiais de promoção do Estado como sites, eventos, material promocional, feiras internacionais, entre outros (PAGE, 2019a).

Para os incentivos econômicos o manual indicou dois pontos. O primeiro recomenda conceder isenção fiscal para investimentos em turismo sustentável com objetivos de estimular a realização de investimentos com foco na sustentabilidade. O segundo seria estabelecer fonte de financiamento com benefícios adicionais para as empresas certificadas, cuja finalidade é a mesma do primeiro, mas utilizando a agência de fomento do Estado, a Desenvolve MT, para sua execução (PAGE, 2019a).

Tanto os incentivos de marketing como os econômicos tem seus riscos e oportunidades para a sua implantação. Entretanto, observa-se que os incentivos econômicos podem ser melhor administrados pelo poder executivo estadual via SEDEC, pois já existe uma legislação

que ampara a concessão de incentivos fiscais para o setor de turismo (Lei nº 7.958/2003, PRODETUR), faltando somente sua regulamentação, que pelo tempo de sua promulgação, já poderia ter ocorrido.

Outro fator importante é a agência Desenvolve MT ser vinculada diretamente a SEDEC, o que pode contribuir para as tratativas na implantação de uma linha de crédito específica para as empresas. Neste caso, as ações e práticas sustentáveis nos negócios do setor de turismo que envolvam redução no consumo de energia, de água, adequação de sistemas sanitários e de esgoto, coleta seletiva e reciclagem do lixo, assim como a aquisição e troca de equipamentos que contribuam para redução desses impactos, poderão ser contemplados com linhas de financiamento diferenciadas e ainda se torna uma política pública efetiva de sustentabilidade no turismo.

4.2 Diretrizes de normalização e certificação de turismo sustentável

A certificação constitui-se na aprovação de um produto, processo, sistema ou pessoa que se encontra em conformidade com os requisitos dispostos nas Normas Técnicas, sendo efetuada por organizações especializadas e independentes, e que não podem ter relação direta ou indireta com o objeto a ser certificado (BRASIL, 2010). A partir disso, foi criado o Manual de Diretrizes de Normalização e Certificação de Turismo Sustentável para subsidiar os prestadores de serviços turísticos (meios de hospedagem, agências de receptivo, empresas de turismo de aventura e restaurantes) do estado de Mato Grosso, na implantação de práticas e ações sustentáveis em seus negócios, de acordo com normalizações e certificações em turismo, existentes no mercado.

Este manual da PAGE traz direcionamento para que as empresas possam planejar e executar atividades, respeitando os princípios de sustentabilidade e contribuindo com os ODS, com foco no uso consciente da água, nos resíduos sólidos, na eficiência energética, no desenvolvimento social dos destinos, na conservação da biodiversidade da fauna e da flora, e no desenvolvimento sociocultural e econômico (PAGE, 2019b).

Consequentemente, o documento traz um roteiro detalhado para que os prestadores de serviços turísticos conquistem a certificação para seu negócio, como também possam adotar ações e práticas sustentáveis sem a certificação. O fato é que, mesmo com as certificações

existentes no mercado as empresas ainda têm dificuldade na sua implementação, pois o processo exige um certo tempo, conhecimento, disciplina e recursos financeiros para sua execução.

Entretanto, a segunda etapa do projeto foi realizada entre 2020 e 2021 e conseguiu dar suporte individual através de uma consultoria especializada em certificação sustentável para 11 empresas das atividades de hospedagem, agências de turismo e prestador especializado em segmentos turísticos do estado. Estas empresas foram selecionadas por edital publicado e executado pelo SEBRAE MT, com 15 vagas destinadas à todas as atividades alvo do projeto.

A metodologia da consultoria previa sua realização de forma presencial, porém aconteceu de maneira online devido as medidas de restrições impostas pela pandemia da Covid-19. Esse fato demandou uma participação mais efetiva do gestor ou responsável pela empresa na execução das atividades propostas, provocando níveis distintos de aproveitamento, medidos a partir de diagnóstico e entrevistas. Com isso, foi realizado 05 encontros individuais e 02 coletivos, estes para apresentação dos resultados.

Conforme dados apresentados na Tabela 1, observa-se que as empresas avançaram na adoção da sustentabilidade na gestão de seus negócios. A avaliação inicial demonstrou que a Empresa C já possuía práticas sustentáveis bem avançadas (50%) e ao final do processo pode incorporar novas ações para que alcançasse 75% na avaliação, assim com a Empresa I, esta que iniciou o processo com 27% e ao final se destacou com 95% de aproveitamento, ambas do setor de hospedagem.

O diagnóstico demonstra ainda que a Empresa D foi a única que iniciou o processo sem nenhum conhecimento ou ações sustentáveis em seu negócio, contudo, finalizou com 67%, o que demonstra um ótimo nível de participação. Já a Empresa G entrou no projeto com 18% de avaliação inicial, porém, participou somente do primeiro encontro, o que resultou em 25% somente de aproveitamento ao final.

Tabela 1 - Diagnóstico sobre práticas sustentáveis avaliadas nas empresas participantes da consultoria do produto de turismo sustentável.

Empresa	Atividades	Avaliação Inicial	Avaliação Final
A	Agência de Turismo	12%	57%
B	Agência de Turismo	13%	82%
C	Meio de Hospedagem	50%	75%
D	Agência de Turismo	0%	67%
E	Prestador Espec. em Segmentos Turísticos	33%	60%
F	Agência de Turismo	22%	62%

G	Meio de Hospedagem	18%	25%
H	Meio de Hospedagem	23%	58%
I	Meio de Hospedagem	27%	95%
J	Meio de Hospedagem	17%	85%
L	Meio de Hospedagem	8%	63%

Fonte: PAGE (2021)

A avaliação geral das consultorias demonstrou que as empresas que mais avançaram foram as que mais se dedicaram, e mesmo com uma metodologia de trabalho à distância, os resultados foram positivos. Foi identificado que os empresários têm dificuldade em documentar as informações sobre gestão, fator fundamental para o negócio e para a certificação. Observou-se ainda que a atividade de agência de turismo tem um desafio maior nesse processo, visto que seu papel no turismo é de intermediação de serviços, diferente da hospedagem que pode ser um produto final (PAGE, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados pela criação do produto de turismo sustentável do estado de Mato Grosso pelo Programa PAGE da ONU, ensejando a criação de uma política pública que possa favorecer à implementação de ações e práticas sustentáveis nos negócios turísticos, com foco na geração de emprego e renda decentes, provocou um engajamento institucional para esse processo no estado.

Este trabalho apresentou dados e informações no tocando a execução de um programa de nível internacional, que estimula parcerias para que possam desenvolver políticas públicas sustentáveis, com a participação de diversos atores envolvidos com a atividade turística, o que contribuiu para a validação do projeto.

Ainda assim, acredita-se que a consultoria poderia ter tido um alcance maior de empresas e atividades, pois das 15 vagas disponibilizadas somente 11 foram preenchidas, assim como a atividade de restaurante não ter nenhuma participante, concentrando nos meios de hospedagem e agências de turismo.

Mesmo que as proposições feitas no manual de diretrizes de incentivos para políticas públicas em turismo sustentável não tenham sido realizadas pelo poder executivo estadual, e que elas poderiam fomentar práticas e negócios sustentáveis com incentivos econômicos, como

também a promoção de empresas certificadas nos meios de comunicação oficiais, tem-se, novamente, a oportunidade para a gestão do Governo do Estado fomentar e contribuir com o desenvolvimento sustentável no turismo, iniciada em 2016 com a vinda do Programa PAGE a Mato Grosso.

Portanto, entende-se que a sustentabilidade no turismo é um processo que exige uma intervenção institucional e uma rede de parcerias que possam dar suporte à incorporação das práticas sustentáveis nos negócios turísticos, assim com recursos financeiros e técnicos de apoio aos empresários.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 3ª ed. São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2000.

BOITEUX, Bayard do Coutto; WERNER, Maurício. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de aventura: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010, 75p.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília, DF: ENAP, 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano**. Brasília: Ipea, 2010. 640 p.: gráfs., mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Sustentabilidade Ambiental; Livro 7).

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. 2ª ed. ampl. e atual. São Paulo, SP: Aleph, 2012. (Série Turismo).

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

NOVAES, Marlene Huebes; CYRILLO, Marina Wöhlke; TOMASULO, Simone Batista. Planejamento e organização do turismo: o plano turístico. In RUSCHMANN, Doris van de Meene; TOMELIN, Carlos Alberto. (Orgs.). **Turismo, ensino e práticas interdisciplinares**. Barueri, SP: Manole, 2013.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Economias, Empresas e Empregos Verdes: O papel das organizações de empregadores na promoção de economias e empresas ambientalmente sustentáveis**, 2020. Disponível em:

https://www.ilo.org/lisbon/publica%C3%A7%C3%B5es/WCMS_776652/lang--pt/index.htm. Acesso em: 05 abr. 2022.

PAGE, *Partnership for Action on Green Economy*. **Manual de diretrizes de incentivos para políticas públicas**: concepção e estrutura. 2019a. Disponível em: <http://www.sedec.mt.gov.br/-/19030136-publicacoes>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PAGE, *Partnership for Action on Green Economy*. **Manual de diretrizes de normalização e certificação de turismo sustentável**. 2019b. Disponível em: <http://www.sedec.mt.gov.br/-/19030136-publicacoes>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PAGE, *Partnership for Action on Green Economy*. **Análise crítica da metodologia piloto**. (Diretrizes estratégicas de turismo sustentável do estado de Mato Grosso). 14 out. 2021. Apresentação do Power Point.

PINHEIRO, Mirian Teresinha. Valorização do patrimônio histórico-cultural: uma perspectiva sustentável para o desenvolvimento turístico. In RUSCHMANN, Doris van de Meene; TOMELIN, Carlos Alberto. (Orgs.). **Turismo, ensino e práticas interdisciplinares**. Barueri, SP: Manole, 2013.

PIRES, Paulo dos Santos. Sustentabilidade: dimensão ambiental. In BENI, Mario (org.) **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Org.). **Políticas Públicas**. Brasília, DF: ENAP, 2006.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

